A POPULAÇÃO NEGRA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ENTRE PROCESSOS DE EXCLUSÃO, RESISTÊNCIA E CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

THE BLACK POPULATION IN BRAZILIAN EDUCATION: BETWEEN PROCESSES OF EXCLUSION, RESISTANCE, AND THE CONSTRUCTION OF ANTI-RACISTS PRACTICES

Thaís Oliveira Andrade thaisoa04@gmail.com, **Cleise Sandes Araujo** ninhaysandes@gmail.com**, Roseneide Passos Vitorio de Oliveira** roseneidedepassos30@gmail.com**, Maria Karla Reis de Souza** maria.soares116@enova.educacao.ba.gov.br, **Eduarda Oliveira Chagas Nascimento**, eduardaoliveirachagasdonascime@gmail.com

Resumo: A educação brasileira foi historicamente constituída sob bases sociais, culturais e epistemológicas marcadas pelo eurocentrismo, produzindo mecanismos de exclusão que atingiram de maneira particular a população negra. Embora o acesso à educação tenha se ampliado ao longo do tempo, as marcas desse processo permanecem presentes nas desigualdades educacionais, nos currículos, nas relações escolares e nas práticas pedagógicas. Este estudo tem como objetivo geral analisar a trajetória histórica da população negra no campo educacional brasileiro, destacando os processos de exclusão, resistência e as possibilidades de construção de práticas pedagógicas comprometidas com a educação antirracista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em estudos sobre relações étnico-raciais, educação, racismo e práticas pedagógicas, dialogando com autores como Paulo Freire (2020; 2021), Kabengele Munanga (1999), Nilma Lino Gomes (2001), Grada Kilomba (2019), e outros pesquisadores que pesquisam sobre as temáticas. Os resultados da análise evidenciam que a exclusão educacional da população negra não constitui um fenômeno circunstancial, mas está vinculada aos processos históricos de escravização, marginalização social, racismo institucional e valorização de referenciais eurocêntricos. Ao mesmo tempo, evidencia-se a escola como espaço contraditório, capaz tanto de reproduzir desigualdades quanto de promover resistência, reconhecimento identitário e transformação social. Logo, a efetivação de uma educação antirracista requer revisão curricular, formação docente, valorização dos saberes afro-brasileiros e africanos e práticas pedagógicas fundamentadas na reflexão crítica e na equidade.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais. Educação antirracista. População negra. Práticas pedagógicas. Resistência.

Abstract: Brazilian education was historically established upon social, cultural, and epistemological foundations marked by Eurocentrism, generating mechanisms of exclusion that particularly affected the Black population. Although access to education has expanded over time, the traces of this process persist in educational inequalities, curricula, school relationships, and pedagogical practices. This study aims to analyze the historical trajectory of the Black population within the Brazilian educational landscape, highlighting processes of exclusion and resistance, as well as possibilities for developing pedagogical practices committed to anti-racist education. This is a qualitative study based on bibliographic and documentary research, grounded in scholarship regarding ethnic-racial relations, education, racism, and pedagogical practices, engaging with authors such as Paulo Freire (2020; 2021), Kabengele Munanga (1999), Nilma Lino Gomes (2001), Grada Kilomba (2019), and other researchers in the field. The analysis reveals that the educational exclusion of the Black population is not a circumstantial phenomenon but is linked to historical processes of enslavement, social marginalization, institutional racism, and the privileging of Eurocentric frameworks. Simultaneously, the school emerges as a contradictory space, capable of both reproducing inequalities and fostering resistance, identity recognition, and social transformation. Therefore, realizing anti-racist education requires curricular revision, teacher training, the valuing of Afro-Brazilian and African knowledge systems, and pedagogical practices grounded in critical reflection and equity.

Keywords: Ethnic-racial relations. Anti-racist education. Black population. Pedagogical practices. Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui-se como uma das principais instituições responsáveis pela formação dos sujeitos e pela produção e circulação dos conhecimentos socialmente legitimados. No contexto brasileiro, entretanto, sua constituição histórica não ocorreu de maneira neutra.

O processo de escolarização foi marcado por profundas desigualdades sociais e raciais, sobretudo durante o período colonial, imperial e nos primeiros anos da República. A população negra, submetida ao regime escravista durante séculos, encontrou inúmeras barreiras para acessar os espaços formais de educação e, mesmo após a abolição, permaneceu submetida a condições sociais que dificultaram sua escolarização e inserção cidadã.

A compreensão dessa trajetória é fundamental para analisar as desigualdades educacionais contemporâneas. As dificuldades enfrentadas pela população negra no acesso, na permanência e no reconhecimento dentro das instituições escolares não podem ser explicadas exclusivamente por fatores individuais ou socioeconômicos. Haja vista que, estão relacionadas a uma estrutura histórica que articulou raça, poder, conhecimento e organização social, estabelecendo determinados grupos como referência de humanidade, civilização e desenvolvimento.

Nesse processo, o pensamento eurocêntrico assumiu posição privilegiada na construção dos currículos, dos conhecimentos escolares e das representações sociais. Os saberes africanos e afro-brasileiros foram frequentemente invisibilizados ou apresentados de maneira limitada, sobretudo por meio de narrativas associadas à escravidão, à subalternidade e à ausência de protagonismo histórico. Tais perspectivas contribuiu para a construção de representações negativas acerca da população negra e dificultou a formação de identidades positivas entre crianças, adolescentes e jovens negros.

Dessa forma, esse cenário permite compreender que a escola ocupa uma posição ambígua, ao mesmo tempo em que, pode reproduzir concepções racistas presentes na sociedade, possui também condições concretas para questioná-las e produzir outras formas de conhecimento e convivência. A educação, portanto, constitui um campo de disputas, no qual diferentes projetos de sociedade se encontram e se confrontam.

Ademais, a perspectiva de Paulo Freire (2020) contribui significativamente para essa discussão, ao compreender a educação como prática social, política e transformadora. Nessa abordagem, ensinar não se restringe à transmissão de conteúdos, mas envolve a

capacidade de problematizar a realidade, refletir sobre as práticas e construir possibilidades de intervenção. A prática pedagógica, quando fundamentada na reflexão crítica, pode contribuir para a superação de relações opressoras e para a formação de sujeitos capazes de participar ativamente da transformação social.

Nesse sentido, discutir as relações étnico-raciais na educação significa também questionar os conhecimentos selecionados pelos currículos, as representações presentes nos materiais didáticos, as relações estabelecidas no cotidiano escolar e as concepções que orientam o trabalho docente. Uma educação comprometida com a diversidade precisa reconhecer a população negra como produtora de conhecimento, cultura, ciência, arte, história e diferentes formas de existência.

Diante desse contexto, este estudo parte da seguinte questão: de que maneira a trajetória histórica de exclusão da população negra no sistema educacional brasileiro repercute nas práticas pedagógicas contemporâneas e quais possibilidades podem contribuir para a construção de uma educação antirracista? O objetivo geral consiste em analisar a trajetória histórica da população negra no campo educacional brasileiro, destacando os processos de exclusão e resistência e suas repercussões nas práticas pedagógicas, com vistas à compreensão da escola como espaço de construção de relações étnico-raciais mais equitativas.

Diante do exposto, compreende-se que a construção de uma educação antirracista exige o reconhecimento das marcas históricas que atravessa a escolarização da população negra e a problematização das práticas, dos currículos e dos conhecimentos que ainda reproduzem desigualdades e silenciamentos.

Nesse sentido, analisar a trajetória educacional da população negra não significa apenas revisitar processos históricos de exclusão, mas evidenciar as diferentes formas de resistência e produção de saberes que contribuíram para a transformação da sociedade brasileira. A escola, enquanto espaço de formação humana e de socialização do conhecimento, possui papel fundamental na desconstrução de estereótipos, na valorização das identidades e culturas negras e na promoção de relações pautadas e na equidade.

A discussão proposta neste estudo busca articular história, educação e relações étnico-raciais, destacando a necessidade de práticas pedagógicas comprometidas com a superação do racismo e com a construção de uma educação que reconheça a diversidade como princípio formativo e como elemento indispensável à democratização do conhecimento e a transformação social.

2 Diversidade e os espaços de existências e resistências da população negra:

relações étnicos-raciais e práticas pedagógicas

O modelo educacional brasileiro estruturou-se durante décadas em um forte apelo eurocêntrico que desconsiderava os saberes e as influências dos grupos minoritários. Concebendo a educação de qualidade apenas aos grupos privilegiados da colônia e do império, isto é, os brancos. Teorias eugênicas de cunho racista foram difundidas em todas as áreas da sociedade, tais teorias e aportes ideológicos são refletidos até hoje nos espaços escolares, seja através dos currículos, por relações interativas de poder ou por meio de práticas pedagógicas que ainda desconsideram as contribuições, os saberes e fazeres dos grupos subalternizados.

Desse modo, torna-se imprescindível retornar ao passado para apurar os olhares, a partir de uma breve retomada histórica sobre como a educação tem sido ofertada para os grupos negros e como esses acessos e exclusões nos levam a visualizar melhor os aspectos dessa cultura escolar excludente, construída historicamente, mas que pode ser ressignificada, reformulada, abrindo assim, novas possibilidades de renovações pedagógicas para a erradicação do racismo e práticas discriminatórias nos espaços escolares.

Nesse sentido, pautar o ensino na valorização da diversidade e nas várias existências dos povos africanos e seus descendentes, promover a construção positiva da subjetividade de povos negros e da criança negra e desconstruir visões hierarquizadas tornou-se pauta urgente. Não há como negar que a educação, através das práticas pedagógicas, constitui-se como um dos meios para desconstrução de concepções estruturadas em ideologias dominantes, entretanto, pode ser também, promotora de práticas excludentes.

No que tange as práticas pedagógicas, compreendemo-las como uma ação educativa crítica defendida por Paulo Freire (2020), que faz concernir que "a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo" (Freire, 2020, p. 24).

O educador ensina no livro: *Pedagogia da Autonomia (2020)* que não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino, pois ao ensinar o docente continua buscando, reprocurando, ressignificando os conhecimentos. O docente ensina porque é preciso buscar, indagar, fazer sempre o movimento do por que indago e por que me indago. Ao pesquisar, o docente, constata, intervêm e ao intervir educa e se educa.

A prática pedagógica baseia-se no movimento fundamental da reflexão crítica sobre a prática. "É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio

discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática" (Freire, 2020, p. 40). A dinamização desse movimento reflexivo gera a práxis pedagógica do docente, devendo ser baseada sempre na ação – reflexão – ação. A dinâmica de reflexionar sobre a sua própria prática pedagógica traz uma tarefa muito importante da prática crítica.

Isto posto, como categoria metodológica analítica a prática pedagógica se faz presente no estudo a partir da perspectiva de João Francisco de Souza (2009) que concebe a prática pedagógica como um fazer coletivo, realizada institucionalmente, enquanto ação social coletiva que prezam pela intencionalidade, que possuem fundamentos, sendo as finalidades e funcionalidades construídas, explicadas, articuladas e argumentadas pelo corpo pedagógico que protagonizam o trabalho pedagógico na unidade escolar.

Potencializar a compreensão do docente como intelectual transformador é considerar uma formação docente relacionada à perspectiva de modificar a educação. O educador para desenvolver práticas multiculturais necessita de formação adequada que envolva os saberes e os conhecimentos do trabalho docente, de maneira que proporcione uma atuação na sociedade e no contexto que está inserido, além de procurar a aproximação cada vez maior entre o que diz e o que se faz, entre o que parece ser e o que realmente está sendo.

O docente não pode, jamais, duvidar que, a sua prática pedagógica – crítica – dialógica é uma experiência especificamente humana e a educação é uma maneira de intervenção no mundo. Intervenção esta que além de conteúdos/temas bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, pode servir de reprodução de ideologias dominantes ou no seu desmascaramento.

2.1 Panorama histórico e político da população negra no Brasil

Na historiografia da educação no Brasil, nota-se de forma cronológica, a construção de um sistema educacional escolar excludente que, se iniciou no período colonial. A história da população negra é um enredo de lutas, desde a chegada dos africanos em terras brasileiras, através do tráfico negreiro, até as batalhas por direitos fundamentais e superação da sistematização escravocrata.

Vivemos uma continuidade, para cada situação atual, existe um momento histórico, dado que ser negro no Brasil é lutar por direitos, lidar com emoções e resistir para que uma parte de sua história, apagada pela colonização de forma romantizada, seja explicada à sociedade brasileira. Buscamos incansavelmente que, as crianças negros(as), deste país, não continuem sendo tratados como pontos de referências em aulas sobre a

escravidão ou ainda passem por violências físicas e psicológicas nas interações cotidianas.

Abordar temáticas direcionadas a inserção do negro na Educação formal, tende a mostrar as contradições performáticas: a fala é cheia de enfeite, as leis são valorativas, todavia, as ações não condizem com as vivências reais. Não há como idealizar a inclusão de normativas que estabelecem a obrigatoriedade do ensino dos aspectos étnico-raciais sem compreender o porquê da dívida histórica, que o Brasil tem com esse grupo social, ao nos reportarmos sobre o acesso dos negros brasileiros à Educação.

Nessa perspectiva, o direito a educação formal sempre esteve em pauta no Movimento Negro, visto que o Estado, por muito tempo, negligenciou o direito dos grupos minoritários à educação. Não se pensava em educação formal para os afrodescendentes e, ainda criavam estratégias, mesmo que de forma camuflada, para impedir o acesso aos conhecimentos sistematizados.

A educação popular, como é concebida hoje, entre o período Colonial até a República, não foi um item na lista de prioridade do poder público. Grande parte das pessoas escravizadas não frequentaram a escola, já que seu tempo era dedicado exclusivamente às atividades produtivas e econômicas de seus senhores.

A igreja Católica, uma das instituições sociais que tinha a responsabilidade do ensino primário e secundário, possibilitou o acesso e a formação apenas a uma parte da população: os brancos e ricos. Apenas os filhos de colonos tinham a oportunidade de aprender a ler e a escrever, progredia assim, o campo educacional.

2.1.1 Escravidão, proibições e exclusão escolar

Os escravizados não podiam participar das sistematizações escolarizadas do conhecimento, as ofertas das matrículas lhes eram negadas, como estabelece o Decreto nº. 1.331, de fevereiro de 1854:

> Art. 69. Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:
> § 1º Os meninos que padecerem de moléstias contagiosas.
> § 2º Os que não tiverem sido vacinados.
> § 3º Os escravos.

A legislação brasileira, como observado no decreto, impediu que o negro tivesse acesso à educação. A escolarização de negros e indígenas de acordo a Fonseca (2001) acontecia apenas nas brechas do sistema colonial e por meio de resistências e lutas. "Legalmente, no Brasil vigorava a determinação de se negar acesso a leitura e escrita aos escravos. Mesmo que os senhores se propusessem a arcar com os custos, a educação, com características escolares, era negada aos escravos" (Fonseca, 2001, p. 29).

Por conseguinte, o Decreto 7.031 – A, de 06 de setembro de 1878, estipulou que os negros poderiam estudar no turno noturno. Então, outras estratégias foram criadas para impedir o acesso efetivo e pleno dos negros nos espaços escolares formais. Mesmo com a Reforma Couto Ferraz em 1854, o acesso e inserção da população negra no processo educacional no Brasil parece ser insignificante, já que a exclusão da população negra oficializou-se no Decreto nº 1.331.

Prossegue a exclusão, até mesmo pós a Abolição da Escravatura. A abolição da escravidão no Brasil em 1888, apesar de representar um marco na luta pela liberdade, não representou a inclusão imediata da população negra na sociedade em condições de igualdade, infelizmente, não foi acompanhada por políticas públicas que garantissem a inclusão dos negros na sociedade, especialmente no campo educacional. Como resultado, a população negra permaneceu marginalizada, sem acesso adequado à escolarização e à formação profissional, fundamental para a mobilidade social.

2.1.2 Pós-abolição e desigualdades

A exclusão da população negra no sistema educacional pós-abolição foi consequência de uma estrutura social excludente e racista, sem terras, empregos ou moradias dignas, a maioria da população negra permaneceu em condições de extrema pobreza, o que dificultava o acesso às escolas. Pontua Florestan Fernandes, em *A integração do negro na sociedade de classe (1972)*, que a Abolição não significou a integração social dos negros, mas a sua exclusão e marginalização, pois sem políticas de reparação ou incentivo à escolarização, a maioria da população negra foi obrigada a permanecer em condições de trabalho precário, muitas vezes em atividades informais ou na agricultura de subsistência.

O trabalho infantil também foi um obstáculo significativo para a inclusão e acesso de crianças negras nas escolas, haja vista que, muitas delas eram obrigadas a trabalhar desde cedo para ajudar no sustento familiar, impossibilitando sua frequência escolar. Não há como negar que a educação da criança negra no Brasil é um quesito que envolve questões históricas, sociais e econômicas. Atualmente, muitas crianças negras ainda vivenciam situações de vulnerabilidade socioeconômica, que as obrigam a trabalhar desde cedo para complementar à renda familiar, comprometendo seu desempenho e permanência na escola.

Consequentemente, não havia uma política pública eficaz para combater essa realidade, a exclusão educacional da população negra se perpetuou por gerações. A

dificuldade de acesso à escola aconteceu devido à falta de investimentos em educação pública e gratuita, especialmente nas regiões onde a população negra era majoritária.

O historiador Clóvis Moura, no livro: *Dialética Radical do Brasil Negro* (1983) expõe que a ausência de políticas educacionais voltadas para os grupos negros foi uma estratégia para mantê-los em uma posição subalterna na sociedade brasileira. Até o início do século XX, a maioria das escolas existentes era voltada para a elite branca, a população negra era frequentemente excluída por barreiras financeiras e institucionais.

Além disso, a segregação racial velada nas cidades brasileiras impôs barreiras ao ingresso dos negros nas escolas. Mesmo quando havia oportunidades, o racismo estrutural dificultava o avanço escolar e profissional. No livro *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro (1995) destaca que a exclusão dos negros na educação formal foi um dos mecanismos centrais para a manutenção das desigualdades sociais no país.

Os negros enfrentaram situações perversas de discriminação e preconceito, os entraves para o acesso e permanência na escola continuaram por um longo tempo, travando o acesso desse grupo a escolarização formal.

> A educação foi um dos elementos que se levou em conta durante o processo de abolição do trabalho escravo. Era necessário que se formassem quadros de trabalhadores necessários à sociedade livre. Pode-se dizer que houve uma preocupação do poder público com a importância da educação como elemento de inclusão social. Mas tal inclusão, para os ex-escravos e seus descendentes, realizou-se de forma absolutamente marginal, pois constituiu uma dualidade do ensino, representando as desigualdades entre os dois grupos sociais. Havia uma escola para atender à sociedade da época com suas necessidades e outra para os trabalhadores. Em outros termos: escolas diferentes para públicos específicos nos quais uns têm acesso à riqueza material e os outros não (Rocha, 2007, p. 17).

O tratamento impositivo, cujos negros foram colocados são descritos claramente nas Diretrizes Curriculares para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, depois de décadas. Nas Diretrizes há menção sobre a extensão destes mecanismos de imposição utilizados pelo Estado para impedir a escolarização dos grupos que foram escravizados. O racismo e as práticas preconceituosas experenciadas pela população negra não são apenas heranças de um passado baseado na sistematização escravista, mas se reproduzem ao longo dos séculos.

Preponderantemente, outro fator para compreendermos a marginalização do negro na sociedade brasileira e os reflexos

atravessados na educação, passa pelo crivo da concepção de mundo eurocêntrico, baseado no determinismo positivista do século XIX. Tais concepções foram incorporadas por intelectuais e embasadas em teorias "científicas" racistas, emergentes daquele período histórico, aumentando e reforçando os estereótipos sobre os negros que compõem grande parcela da população do país.

> Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros desse pensamento na ciência europeia ocidental, tida como desenvolvida, para poder, não apenas teorizar e explicar a situação racial do país, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade tida como problemática por causa da diversidade racial (Munanga, 1999, p.50).

A reflexão de Kabengele Munanga evidencia que o projeto de nação brasileira foi formulado sob forte dependência epistemológica da matriz europeia, tomada como paradigma de civilização e progresso. A elite intelectual brasileira ao recorrer à ciência ocidental para interpretar a diversidade racial interna, não apenas buscou legitimação externa, mas também construiu uma leitura hierarquizada das diferenças, convertendo desigualdades históricas em supostas evidências naturais.

Nesse movimento, a população negra foi situada como entrave ao ideal de modernidade pretendido, o que repercutiu diretamente na formulação de políticas públicas e, de modo contundente, no campo educacional. A escola, longe de se constituir como espaço de reparação no pós-abolição, operou frequentemente como instância de silenciamento cultural e de reprodução de assimetrias, negando acesso, permanência e reconhecimento.

Desse modo, compreender a marginalização educacional da população negra após a abolição implica reconhecer que ela não decorre de lacunas individuais, mas de um projeto histórico que articulou ciência, poder e raça para sustentar desigualdades estruturais, marcas que ainda tensionam o presente e exigem revisão crítica das bases que conformaram a educação brasileira.

2.1.3 Continuidade da marginalização da população negra

A hierarquização dos segmentos constitutivos dos grupos negros no Brasil coube ao branco, dentro da ideologia de supremacia racial, o protagonismo do progresso e do desenvolvimento da nação brasileira baseou-se na visão europeia e ao negro foi dado o lugar de assimilar e aceitar as sistematizações de poder desenvolvidas

socialmente. Em todo o processo histórico da sociedade brasileira, a ação educativa formal sempre esteve condicionada aos interesses dos grupos hegemônicos, predominantemente o rico e o branco.

> A sociedade fechada latino-americana foi uma sociedade colonial. Em algumas formas básicas de seu comportamento observamos que, geralmente, o ponto de decisão econômica desta sociedade está fora dela. Isso significa que este ponto está dentro de outra sociedade. Esta outra sociedade matriz: Espanha ou Portugal em nossa realidade latino-americana. Esta sociedade matriz é a que tem opções; em troca, as demais sociedades somente recebem ordens (Freire, 2021, p. 42).

As elites governantes seguem as diretrizes da sociedade dominante, impondo-se as massas populares, tais imposições fazem com que o Estado esteja sobre o povo e não com o povo. Nesse horizonte que a reflexão proposta por Grada Kilomba, no livro*: Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano (2019),* adquiri centralidade analítica ao reflexionar sobre racismo, alteridade, outridade[1], ao apontar pertinentemente que não é com o sujeito negro que estamos lidando, mas com as fantasias brancas sobre o que o negro é ou como a apropriação da negritude[2] deveria ser.

> Poderíamos dizer que no mundo conceitual branco é como se o inconsciente coletivo das pessoas negras fosse pré-progamado para a alienação, decepção e trauma psíquico, uma vez que as imagens da negritude às quais somos confrontadas/os não são nada realistas, tampouco gratificantes. Que alienação, ser-se forçada/o a identificar-se com os heróis, que aparecem como brancos, e rejeitar os inimigos, que aparecem como negros. Que decepção, ser-se forçada/o a olhar para nós mesmas/os como se estivéssemos no lugar delas/es. Que dor, estar presa/o nessa ordem colonial (Kilomba, 2019, p. 39).

As elites acabam por prescrever as determinações às massas, foi o que aconteceu com o acesso à educação da população negra, estas estão sob o processo histórico, sua participação e contribuição são indiretas. Não marcam a história enquanto sujeito, mas

[1]Outridade é um termo posto por Grada Kilomba, no livro Memórias de Plantação: Episódios de racismo cotidiano, sendo outridade o lugar que os grupos subalternizados são colocados, o lugar de "outra/o" e nunca do eu. Outridade é a personificação de aspectos repressores do "eu" do sujeito branco, as representações mentais criadas sobre os grupos subalternizados são construções daquilo que o sujeito branco não quer se parecer.

[2]Negritude modo de pensar característico da fase de conscientização dos povos negros africanos, oprimidos pelo colonialismo que, busca conectar-se com a subjetividade negra observada objetivamente no período pré-colonial e perdida pela dominação da cultura branca ocidental. Surge inicialmente como movimento literário e posteriormente assume caráter político, ideológico e cultural (Domingues, 2005).

como objetos. "No racismo, a negação é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial" (Kilomba, 2019, p. 34).

A organização da sociedade estruturou-se de forma rígida e autoritária. Incorporou-se em nosso país, a visão evolucionista da categorização das raças, reforçando o ideal de branqueamento.

> O branqueamento da nação brasileira era considerado, aos olhos da elite, como necessário para a construção da nação brasileira de forma mais positiva, isto é, uma nação branca, portanto civilizada e progressista com uma população superior física e culturalmente (Rocha, 2007, p. 17).

A postura racista partindo da construção da nacionalidade ostentada pela sociedade brasileira determinou o lugar do negro, promovendo o efetivo agravamento de seu estado de marginalizado. "A branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os outras/os raciais "diferem". Nesse sentido, não é "diferente", torna-se "diferente" por meio do processo de discriminação" (Kilomba, 2019, p. 75). Então, o racismo não é somente um fenômeno ideológico, mas também institucionalizado.

> No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto "ruim", incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu [...]. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, [...] permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (Kilomba, 2019, p. 37).

Neste ínterim, no que tange a exclusão do negro no panorama educacional, esta se associa a duas vertentes: primeiro os negros (as) foram vetados dos processos educacionais formais, colocados no lugar de outros (as), segundo, atualmente, postos na condição de incluídos.

O legado dessa exclusão educacional reflete até os dias atuais nos índices de escolarização e acesso ao ensino superior pela população negra. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 2021, apontam que mesmo com avanços recentes, os negros ainda possuem menores taxas de escolarização e estão sub-representados em cursos de graduação e pós-graduação.

Dessa forma, a continuidade da desigualdade educacional pós-abolição evidencia que a liberdade jurídica não foi acompanhada por mecanismos de inclusão social, perpetuando a exclusão da população negra do acesso à formação e às

oportunidades de ascensão social no Brasil. Logo, coadunamos com Gadotti (2001) quando sinaliza que a história da educação brasileira sempre foi permeada por fracassos programados, referindo-se à forma de privilégio social que os grupos hegemônicos impediram a democratização do ensino e ao mesmo tempo a democratização da sociedade.

Especificadamente, a soma dos critérios de hierarquização e discriminação racial, estigmatizou e alimentou a rejeição dos grupos negros, chegou historicamente a tal ponto, que foram excluídos do cenário educacional, uma problemática que se desenrola até hoje, prejudicando a promoção da cidadania e sociabilidade da população negra. "A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia" (Freire, 2020, p. 37).

O diálogo com as reflexões de Paulo Freire faz-nos compreender que toda prática educativa atravessada por preconceitos compromete a própria substância da democracia, pois inviabiliza a constituição plena do sujeito como cidadão. Então, reafirmar a função social da escola implica concebê-la como espaço de emancipação, de produção de consciência crítica e de enfrentamento das desigualdades historicamente construídas. Mais do que garantir acesso formal, cabe à instituição escolar promover condições efetivas de aprendizagem, reconhecimento identitário e justiça social, assumindo-se como agente ativo na desconstrução do racismo estrutural e na construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

2.1.4 Função social da escola

A função social da escola, especialmente no contexto brasileiro, não pode ser compreendida de maneira neutra ou descolada das determinações históricas que estruturaram o acesso desigual ao conhecimento. Se, por um lado, a instituição escolar foi historicamente utilizada como mecanismo de reprodução de privilégios e de consolidação de hierarquias sociais e raciais, por outro, também se constitui como espaço estratégico de resistência, produção de consciência crítica e transformação social. Nesse sentido, pensar a função social da escola implica reconhecê-la como lugar de disputa simbólica e política, no qual se confrontam projetos distintos de sociedade.

Além do mais, a função social da escola envolve o reconhecimento e a valorização dos saberes historicamente marginalizados. Ao incorporar perspectivas plurais e promover uma educação antirracista, a escola contribui para a reconstrução de narrativas e para a afirmação de identidades silenciadas. Tal movimento não se restringe ao plano curricular, mas abrange práticas pedagógicas,

relações interpessoais e políticas institucionais que garantam equidade.

A consolidação de políticas públicas educacionais que visam o fortalecimento da educação como instrumento de promoção social e de valorização da diversidade étnico-racial é um imperativo da educação antirracista. Ressalta Nilma Lino Gomes sobre à educação contemporânea:

> [...] nos últimos anos, alguns estudos têm demonstrado que o acesso e a permanência bem-sucedida na escola variam de acordo com a ração/etnia da população. Ao analisar as trajetórias escolares dos(as) negros(as), as pesquisas revelam que estas se apresentam bem mais acidentadas do que as percorridas pelos(as) aluno(as) brancos(as). O índice de reprovação nas instituições públicas também demonstra que há uma estreita relação entra a educação escolar e as desigualdades raciais na sociedade brasileira. O aprofundamento dessas questões aponta a necessidade de repensar a estrutura, os currículos, os tempos e os espaços escolares. É preciso considerar que a escola brasileira, com sua estrutura rígida, encontra-se inadequada a população negra e pobre deste país. Nesse sentido, não há como negar o quanto seu caráter é excludente (Gomes, 2001, p. 85).

O racismo no Brasil é real, não é ilusório, não é falácia, atinge os pretos e pretas de todo território brasileiro, inclusive, nas interações experenciadas nos espaços escolares, um dos fatores de exclusão, reprovação e não permanência bem-sucedida de grupos negros no sistema educacional. Vale ressaltar que, o Mito da Democracia Racial foi absorvido durante muito tempo pelas instituições escolares, escondeu as diferenças e propagou o equívoco que as relações entre brancos (as) e negros (as) sempre foram harmoniosas.

Por longos períodos, diante das postulações do Mito da Democracia Racial, a multiplicidade dos abusos e silenciamentos direcionados aos negros permaneceram encobertas nas unidades de ensino. Crianças e jovens negros e negras não encontraram, na escola, espaço acolhedor que lhe garantissem aprendizagens respeitosas e que contribuíssem para sua permanência nesses espaços de aprendizagens formais. Algumas práticas pedagógicas e até as omissões fizeram da escola uma reprodutora do racismo. Por isso, a necessidade de reflexionarmos diariamente sobre o racismo nos espaços escolares.

A função social da escola deve ultrapassar a dimensão instrucional e necessita assumir um caráter ético e político, isto é, formar sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade e transformá-la. Trata-se de conceber a educação como prática de liberdade, orientada pela construção de uma sociedade democrática, inclusiva e plural, na

qual o acesso ao conhecimento não seja privilégio, mas direito efetivamente garantido.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida a partir da análise e interpretação de produções acadêmicas, documentos legais e obras de referência relacionadas à educação, às relações étnico-raciais, à população negra e às práticas pedagógicas. A abordagem qualitativa mostra-se adequada porque o objeto investigado envolve fenômenos históricos, sociais, culturais e educacionais que não podem ser compreendidos apenas por meio de dados quantitativos. Interessa, sobretudo, interpretar os significados atribuídos aos processos de exclusão e resistência e compreender como determinadas estruturas históricas continuam produzindo efeitos sobre a educação brasileira.

O levantamento bibliográfico foi orientado por estudos de autores que discutem educação, racismo, relações étnico-raciais e transformação social. Entre os referenciais mobilizados encontram-se Paulo Freire (2020, 2021), Kabengele Munanga (1999), Nilma Lino Gomes (2001), Grada Kilomba (2019), João Francisco de Souza (2009) e outros pesquisadores que contribuem para a compreensão da formação histórica e social brasileira.

A pesquisa documental considera, especialmente, dispositivos legais e normativos relacionados ao direito à educação e ao reconhecimento da diversidade étnico-racial. A análise buscou estabelecer relações entre passado e presente, compreendendo que as desigualdades educacionais contemporâneas não são fenômenos isolados, mas resultam de processos históricos que precisam ser considerados na elaboração de políticas, currículos e práticas educativas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A história da educação brasileira revela que o acesso ao conhecimento escolarizado esteve, durante longo período, condicionado às posições ocupadas pelos sujeitos na estrutura social. Durante o período colonial e imperial, a escolarização esteve associada principalmente aos grupos socialmente privilegiados, enquanto a população escravizada era submetida à exploração do trabalho e impedida de participar plenamente das instituições educacionais.

A exclusão não ocorreu apenas pela ausência de oportunidades. Em diferentes momentos históricos, foram estabelecidos mecanismos legais e sociais que dificultaram ou impediram a presença da população negra nas instituições escolares. O Decreto nº 1.331, de 1854, constitui um exemplo expressivo dessa realidade ao estabelecer restrições à

matrícula de pessoas escravizadas nas escolas públicas.

A existência de dispositivos dessa natureza demonstra que a exclusão educacional possuía dimensão institucional. O acesso à escolarização não era simplesmente dificultado pelas condições econômicas ou sociais, mas também limitado por decisões políticas que estabeleciam quem poderia ou não frequentar os espaços formais de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite afirmar que a trajetória educacional da população negra no Brasil está profundamente relacionada aos processos históricos de escravização, exclusão social, racismo e hierarquização dos conhecimentos. Desde o período colonial, diferentes mecanismos institucionais e sociais limitaram o acesso da população negra à escolarização, situação que não foi automaticamente superada com a abolição da escravidão.

A liberdade jurídica conquistada em 1888 não foi acompanhada por políticas públicas suficientes para assegurar igualdade de condições sociais e educacionais. Dessa forma, as desigualdades produzidas historicamente continuaram a repercutir sobre as trajetórias escolares da população negra, alcançando o presente. Evidenciando que o eurocentrismo desempenhou papel significativo na construção de currículos, conhecimentos e representações sociais, contribuindo para a marginalização dos saberes africanos e afro-brasileiros. Tais processos produziram efeitos sobre o reconhecimento histórico e também na constituição das identidades e das subjetividades de crianças, adolescentes e jovens negros.

A escola não deve ser compreendida somente como espaço de reprodução das desigualdades, mas pode constituir-se como território de existência, resistência e transformação. Para isso, torna-se indispensável que a instituição reconheça o racismo como problema estrutural e desenvolva ações intencionais voltadas à sua superação. As práticas pedagógicas assumem, nesse processo, importância fundamental. Uma educação antirracista exige professores preparados para trabalhar com a diversidade, currículos que valorizem os diferentes grupos que constituem a sociedade brasileira, materiais didáticos representativos e relações escolares baseadas no respeito e na equidade.

Portanto, promover uma educação antirracista significa reconhecer a população negra como sujeito histórico, político, cultural e produtor de conhecimentos. Significa romper com narrativas que restringem sua presença à escravidão e ampliar os espaços de reconhecimento de suas contribuições para a formação do Brasil. Mais do que incluir conteúdos relacionados à diversidade étnico-

racial, é necessário transformar as formas de ensinar, aprender, conviver e produzir conhecimento. A escola, quando assume essa responsabilidade, deixa de ser apenas um espaço de transmissão de saberes e passa a atuar como território de reconhecimento, resistência, emancipação e construção de uma sociedade efetivamente democrática.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Ática, 1972.

FOSENCA, Marcus Vinicius. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. In: PINTO, Regina Pahin, Petronília Beatriz Gonçalves e. **Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro.** São Paulo. Ação Educativa, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis. Prefácio de Paulo Freire.** 3ªed. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2001.

GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edmilson de Almeida. **Ardis da Imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira.** Belo Horizonte: Mazza Edições, Ed. PUC Minas, 2001.

KILOMBA, Grada**. Memórias de Plantação – Episódios de racismo cotidiano** / Grada Kilomba; tradução Jess Oliveira. – 1 ed. – Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MOURA, Elaine Maria de; VASCONCELOS, Paulo Alexandre Cordeiro. **A educação infantil e seu cotidiano. Revista Diálogo educacional**, vol.11, n. 32, emero-marzo, 2011, pp. 57-67. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das Relações Étnico-Raciais: Pensando referenciais para a organização da prática pedagógica** – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. 96 p.

SOUZA, João Francisco. Prática Pedagógica e Formação de Professores. In: BATISTA NETO, José; SANTIAGO, Maria Eliete (Orgs.). **Formação de Professores e Prática Pedagógica.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.